

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O governo que cuide das contas, mas...

A depender do recado de empresários e políticos no II Fórum Esfera Internacional, em Roma, o governo precisa prestar atenção nas contas públicas. Já no primeiro painel do evento, sobre como atrair investimentos, o diretor do Banco Master, Daniel Vorcaro, por exemplo, foi incisivo ao dizer que os investidores têm apresentado uma certa apreensão em relação a esse ponto. Mencionou ainda que é preciso previsibilidade na questão tributária, de forma que o empresariado possa se planejar. “Sem previsibilidade, é difícil investir”, afirmou.

Só a turma do contra

Os políticos, como o presidente do PP, senador Ciro Nogueira, e o líder do partido na Câmara, deputado Doutor Luizinho, engrossaram o coro no debate.

Veja bem

A voz dissonante foi a do embaixador do Brasil na Itália, Renato Mosca, que estuda o tema. Ele contou à coluna que dados do Banco Central independente e da OCDE indicam que o Brasil foi o segundo país que mais atraiu investimentos no ano passado. E nada disso é lembrado em alguns debates.

Bets, a saga continua

Hoje, as casas de apostas on-line não regularizadas começaram a ser tiradas do ar. E isso trouxe dúvida entre especialistas do direito digital se a ação é constitucional. Alguns defendem que a suspensão fere o Marco Civil da internet, outros afirmam que o próprio marco prevê regulação em casos específicos. O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) foi claro: “Empresas irregulares são obrigadas a não operarem no Brasil. Não cumpriram a lei de regulação, precisam ser banidas das operações”.

O PT envelheceu

Em várias rodas de conversas, praticamente uma semana depois da eleição, os políticos que foram a Roma para participar do II Fórum Esfera Internacional deram o veredicto de que o PT perdeu a conexão com as novas gerações. Ainda que o partido tenha reeditado os programas sociais de sucesso no passado, o resultado eleitoral mostra que o governo ainda não apresentou algo que possa reconectá-lo ao eleitorado que hoje caminha para o centro, tem dificuldades em atendimento na rede pública em todos os setores e vive a realidade de empregos sem carteira assinada. Ainda há tempo para tentar atrair essa turma até 2026, mas para isso é preciso reposicionar o discurso e as ações.

» » »

A turma de casa/ O conselho principal ao partido de Lula é deixar de lado as loas aos sindicatos e a instituições ligadas ao PT, tais como o Movimento dos Sem Terra. Esses políticos consideram que ou o PT faz essa escolha agora, ou perderá mais à frente.



CURTIDAS

Porta-retrato I/ Algumas das fotos que o embaixador do Brasil na Itália, Renato Mosca, expõe em uma das lindas salas da embaixada brasileira em Roma mostram o momento histórico em que ele acompanhou todos os presidentes, em dezembro de 2013, para os funerais do líder Nelson Mandela, em Johannesburgo, na África do Sul.

Porta-retrato II/ A presidente era Dilma, e ela convidou José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Lula. Mosca era chefe do cerimonial da Presidência da República.

Denise Rothenburg/CBPress



Porta-retrato III/ A outra imagem em destaque é a da ex-presidente Dilma Rousseff, com um recado em que chama Renato Mosca de “dorminhoco do bem” (foto). Em todas as viagens, Mosca, cansado, dormia tão logo o avião decolava. A presidente, brincalhona, abria a porta da sua área reservada e chamava. “Acorda, Mosca!”. Era a risada geral na equipe.

PODER

O recado de Dino ao Congresso

Ministro do STF enfatiza que Corte não deixará de exercer sua função “porque desagrada tal ou qual agente público ou privado”

» RENATO SOUZA

Nesta semana em que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou propostas para limitar os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Flávio Dino saiu em defesa da Corte e enfatizou que a instituição não comete o chamado “ativismo” judicial. O magistrado também frisou que o Supremo dá a palavra final em relação a temas constitucionais.

“O Congresso pode legislar do jeito que deve fazer, mas não há dúvida de que, na interpretação da Constituição, o Supremo vai dizer se as novas legislações são constitucionais ou não”, afirmou, durante o evento Encontro de Líderes, organizado pela Comunidade, em São Paulo. “O Supremo não vai deixar de decidir o que deve ser decidido porque, eventualmente, isso possa desagradar tal ou qual agente público ou privado, porque o nosso papel é exatamente ter independência, aplicar a lei e fazer o certo, independentemente de eventuais consequências políticas”, completou.

O ministro é o relator de ações que suspenderam os repasses de emendas parlamentares do chamado “orçamento secreto”. As decisões do magistrado levaram deputados e senadores a uma ofensiva contra a Corte. Entre as reações está justamente a aprovação de duas propostas que limitam os poderes do STF e de dois projetos que facilitam o impeachment de ministros.

Em relação às emendas parlamentares, Dino ressaltou que a liberação só pode ocorrer quando forem adotadas regras de transparência e rastreabilidade. “As decisões que o Supremo tomou em dezembro de 2022 ainda

não foram adequadamente cumpridas e essa é a razão pela qual o Supremo tem, sob a minha retórica, esperado que, por parte dos poderes políticos, haja novas regras”, argumentou.

Ele disse que, quando as regras forem atendidas, de acordo com o que decidiu o Supremo, os valores devem ser liberados. “Assim que elas existirem, assim que elas forem aprovadas e sejam compatíveis com aquilo que é a Constituição, é claro que nós desejamos que o Orçamento seja prontamente executado, mas ele não pode ser executado erradamente. Essa é a razão da suspensão”, reiterou.

Uma das PECs aprovadas pela CCJ limita decisões monocráticas de ministros. Outra proposta permite que o Congresso suspenda determinações do STF se considerar que a Corte ultrapassou o exercício adequado de sua função.

Por sua vez, os projetos de lei aumentam as possibilidades de impeachment de ministros e estabelecem que o Senado deverá apreciar a denúncia no prazo de 15 dias úteis, contados da data da apresentação do pedido de impedimento.

O magistrado negou existência de “ativismo judicial”. Citou o exemplo da decisão que despenalizou o porte de maconha para uso pessoal. Apontou que a determinação foi necessária para diferenciar usuário de traficante.

“O que que o Supremo, ativista, entre aspas, fez? Criou um critério objetivo para dizer o que é porte e o que é tráfico. Isso está errado? Não. Isso é necessário. O Supremo não legalizou o uso de drogas no Brasil. Uma decisão, portanto, muito autocontida em relação aos paradigmas internacionais. E o tráfico é tráfico”, sustentou.

Gustavo Moreno/STF



As declarações do ministro ocorrem após ofensiva de deputados para limitar poderes da Corte



O nosso papel é exatamente ter independência, aplicar a lei e fazer o certo, independentemente de eventuais consequências políticas. Uma lógica, eventualmente, de retaliação, de dissenso, de conflito, não é compatível com os interesses do Brasil e com a nossa Constituição”

Flávio Dino, ministro do STF

Lewandowski fecha acordo com a Itália

» DENISE ROTHENBURG
Enviada Especial*

Roma — Convicto de que, sozinho, nenhum país conseguirá combater o crime organizado, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, sai da Itália, na segunda-feira, com um acordo fechado junto às autoridades do país para o combate às facções, em especial, às ligadas ao tráfico de drogas. Ele foi palestrante do Fórum Internacional Esfera 2024, ontem, e, antes e depois do seminário, fez um périplo entre as autoridades italianas na área de segurança.

Lewandowski se reuniu com o ministro da Justiça da Itália, Carlo Nordio; com o procurador Nacional Antimáfia e Antiterrorismo, Giovanni Melillo; e com o comandante-geral dos Carabinieri, Teo Luzi. “O crime organizado é um fenômeno mundial, preocupa o mundo inteiro e não pode ser combatido isoladamente, seja localmente, como se faz no Brasil, seja nacionalmente. É preciso uma colaboração internacional”, ressaltou.

O acordo com os italianos, segundo o ministro, vai além da simples troca de informações e

trata de fortalecer as investigações conjuntas no tráfico de entorpecentes, insumos químicos, medicamentos e substâncias psicotrópicas. “O memorando de entendimento será assinado na reunião do G-20, no Rio de Janeiro”, disse Lewandowski.

A ideia é investir pesado nessa cooperação internacional. Estuda-se, inclusive, uma plataforma eletrônica. O ministro evita falar abertamente sobre investigações em curso, mas perguntado se há informações a respeito da máfia italiana atuando em conjunto com o crime organizado no

Brasil, dá algumas pistas: “Não claramente, mas temos indicadores de que nossas organizações criminosas já estão atuando no exterior. Sobre tudo em Portugal, há notícias. Aqui, não se sabe se são movimentos isolados ou não. Ontem, o procurador de antimáfia me disse que eles querem aprender o modus operandi das organizações criminosas brasileiras. Eles já saem como operam a máfia na Itália e querem trocar informações sobre isso”, afirmou.

*A repórter viajou a convite do grupo Esfera